

## AGROCOMBUSTÍVEIS, SOBERANIA ALIMENTAR E POLÍTICAS PÚBLICAS: AS DISPUTAS TERRITORIAIS ENTRE O AGRONEGÓCIO E O CAMPESINATO<sup>1</sup>

**Rodrigo Simão Camacho**

Pesquisador do NERA

[rogeo@ymail.com](mailto:rogeo@ymail.com)

**Tiago Cubas**

Pesquisador do NERA

[tiagotec\\_geo05@yahoo.com.br](mailto:tiagotec_geo05@yahoo.com.br)

**Elienai Gonçalves**

Pesquisador do NERA

[naiprudente@yahoo.com.br](mailto:naiprudente@yahoo.com.br)

### INTRODUÇÃO

A produção de agrocombustíveis marcou o início de uma nova fase de produção de energia no mundo. Nesta perspectiva, o agronegócio aumentou a área ocupada pela monocultura da cana-de-açúcar, intensificou a expropriação do campesinato e ampliou a crise alimentar. A expansão das terras utilizadas para a produção de agroenergia gerou uma perigosa combinação agronegócio-latifúndio que aprofundou as desigualdades no campo, acirrou a disputa territorial e ampliou as conflitualidades.

O agronegócio-latifundiário-exportador tem sido considerado como símbolo da modernidade no campo, pelo uso de alta tecnologia e intensa produtividade, mas também esconde por trás desta aparência moderna, a barbárie da exclusão social e expropriação dos povos do campo que sua concentração de terra e de renda provoca. Por outro lado, a agricultura camponesa dos povos tradicionais do campo possui uma relação de equilíbrio com a natureza, fruto de sua prática da policultura orgânica, e porque entendem a produção de alimentos como requisito principal, pois visa a transformação da natureza, primordialmente, como forma de sobrevivência e não como forma mercadológica de produção de capital. São dois modelos de desenvolvimento no processo de disputa territorial.

Na produção de agrocombustíveis temos duas lógicas distintas: uma baseada no Paradigma do Capitalismo Agrário que tenta integrar de maneira subordinada o campesinato ao agronegócio e de outro lado uma prática fundamentada no Paradigma da Questão Agrária que visa construir uma produção autônoma do campesinato numa perspectiva de interação entre a produção de alimentos e a produção de energia. Essas duas lógicas produzem territórios distintos com paisagens e territorialidades distintas (FERNANDES, 2009).

---

<sup>1</sup> Texto apresentado como critério de avaliação final à Disciplina “Políticas Públicas de Agrocombustíveis e Soberania Alimentar no Brasil e Cuba”, ministrada pelos professores Bernardo Mançano Fernandes, e Angelina Herrera Sorzano e Federico Sulroca Dominguez – Universidade de La Habana (convidados) junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente.

As políticas públicas, também, passam a ser influenciadas por estes paradigmas. Alguns movimentos sociais e sindicais se dividem entre esses dois paradigmas. Construindo experiências diferentes de produção de alimentos e energia. Uma dessas experiências, que tentam romper com a lógica dominante, é a produção de Alimento e Energia do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) em Frederico Westphalen/RS, é o que estes denominaram de “ALIMERGIA”. Esta experiência pode ser entendida como um modo de produzir alternativo que visa estabelecer relações sociais e ambientais de maneira equilibrada, buscando a construção da Soberania Alimentar e energética de maneira integrada. A produção é baseada em um modelo não-convencional que restringe a subordinação do campesinato à lógica do capital.

## **AGROCOMBUSTÍVEIS: DISPUTAS TERRITORIAIS ENTRE O AGRONEGÓCIO E O CAMPESINATO**

A produção dos agrocombustíveis tem mobilizado os dois modelos agrícolas recorrentes no Brasil, o agronegócio e o campesinato, que poderíamos denominar também como modelos de desenvolvimento. Cada um desses modelos exerce e possibilita diferentes relações sociais, logo criam espaços e consolidam territórios e territorialidades também diferentes.

O território e a territorialidade:

[...] consistem em expressão geográfica que não são simples ocorrências, posição ou distribuição de objetos no espaço. Não é simples paisagem. Trata-se da ocorrência pertinente a ação. Ação que permite fixação, separação, uso, posse. Elas são o elo entre o ator e o objeto, resultam nas marcas objetivadas pela busca do domínio sobre o espaço. (HEIDRICH, 2009, p. 274-275)

O território é formado pelas ações das relações sociais, sendo estas intermediadas pelas relações de poder, e tem o espaço como condição primordial. Por isso, a produção de espaços e de territórios acontece de maneira histórica e dialética, ou seja, por meio do conflito, da contradição e da solidariedade.

São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um *a priori* e o território um *a posteriori*. O espaço é perene e o território é intermitente. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis. (FERNANDES, 2005, p. 16).

Girardi (2008) com base em Desmarais e Beus apresenta um quadro que sintetiza as diferenças/oposições entre as características das relações sociais do campesinato e do agronegócio que nos permite identificá-los como territórios opostos.

<b>Quadro 01 – Elementos estruturais do agronegócio e do campesinato</b>	
<b>Agronegócio</b>	<b>Campesinato</b>
<b>Centralização</b>	<b>Descentralização</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Controle centralizado da produção, processamento e mercado;</li> <li>• Produção concentrada, estabelecimentos agrícolas maiores e em menor número, o que acarreta em um menor número de agricultores e comunidades rurais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior ênfase na produção, processamento e mercado locais/regionais;</li> <li>• Produção pulverizada (maior número de agricultores e estabelecimentos), controle da terra recurso e capital.</li> </ul>
<b>Dependência</b>	<b>Independência</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abordagem científica e tecnológica para reprodução; dependência de experts;</li> <li>• Dependência de fontes externas de energia, insumos e crédito;</li> <li>• Dependência de mercados muito distantes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Unidades de produção menores, menor dependência de insumos, fontes externas de conhecimento, energia e crédito;</li> <li>• Maior auto-suficiência individual e da comunidade;</li> <li>• Ênfase prioritária em valores, conhecimentos e habilidades pessoais.</li> </ul>
<b>Competitivo</b>	<b>Comunitário</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Competitividade e interesse próprio;</li> <li>• Agricultura é considerada um negócio;</li> <li>• Ênfase na eficiência, flexibilidade, quantidade e crescimento da margem de lucro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior cooperação;</li> <li>• Agricultura é considerada um modo de vida e não um negócio.</li> <li>• Ênfase em uma abordagem holística da produção, otimizando todas as partes do agroecossistema.</li> </ul>
<b>Domínio da natureza</b>	<b>Harmonia com a natureza</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O ser humano é separado e superior à natureza;</li> <li>• A natureza consiste principalmente em recursos a serem utilizados para o crescimento econômico;</li> <li>• Imposição das estruturas e sistemas do tempo humano aos ciclos naturais;</li> <li>• Produtividade maximizada através de insumos industrializados e modificações científicas;</li> <li>• Apropriação de processos naturais por meios científicos e substituição de produtos naturais pelos industriais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O ser humano é parte e dependente da natureza;</li> <li>• A natureza provê recursos e também é valorizada para o próprio bem;</li> <li>• Trabalha com uma abordagem ecológica/de ambiente fechado – desenvolvendo um sistema diferenciado e balanceado;</li> <li>• Incorpora mais produtos e processos naturais;</li> <li>• Usa métodos culturais para cuidar do solo.</li> </ul>

<b>Especialização</b>	<b>Diversidade</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Base genética limitada utilizada na produção;</li> <li>• Predominância da monocultura;</li> <li>• Separação entre agricultura e pecuária;</li> <li>• Sistemas de produção padronizados;</li> <li>• Predominância de uma abordagem científica especializada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampla base genética;</li> <li>• Incorporação da policultura, rotações complexas;</li> <li>• Integração entre agricultura e pecuária;</li> <li>• Heterogeneidade de sistemas agrícolas;</li> <li>• Interdisciplinaridade (ciências naturais e sociais), sistema participativo (inclusão e agricultores).</li> </ul>
<b>Exploração</b>	<b>Abdicação</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ênfase nos resultados de curto prazo em detrimento a conseqüências ambiental e social de longo prazo;</li> <li>• Dependência de recursos não renováveis;</li> <li>• Consumismo impulsiona o crescimento econômico;</li> <li>• Hegemonia do conhecimento científico e da abordagem industrial sobre conhecimento e cultura indígenas/locais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Custo total contabilizado;</li> <li>• Resultados de curto prazo igualmente importantes;</li> <li>• Amplo uso de recursos renováveis e conservação de recursos não renováveis;</li> <li>• Consumo sustentável, estilo de vida mais simples;</li> <li>• Acesso equitativo a necessidades básicas; reconhecimento e incorporação de outros conhecimentos e práticas permitindo uma base de conhecimento mais homogênea.</li> </ul>
<b>Fonte:</b> Desmarais e Beus (2008) apud Girardi, 2007, p.69-70.	

O agronegócio e o campesinato formam territórios opostos o que Martins (1991) denominou em *terra de negócio* versus *terra de trabalho*. Esses territórios em seus processos de territorialização, que é o resultado concreto da ação em sua reprodução no espaço e no território, ora se sobrepõem ora entram em conflito, gerando as disputas territoriais.

As disputas territoriais acontecem de duas formas: pelo processo de territorialização – desterritorialização – reterritorialização (T-D-R), quando a territorialização de um causa a desterritorialização do outro; e pelo controle de acesso ou formas de usos dos territórios.

Um exemplo da disputa territorial por desterritorialização é quando o capital expropria o camponês ou os povos tradicionais, como os quilombolas, indígenas e ribeirinhos, de suas terras para incorporação na produção de *commodities*, como *pinus* e eucalipto ou cana-de-açúcar, etc.

Por outro lado, a criação dos assentamentos rurais é a territorialização do campesinato em detrimento do território do latifúndio e do agronegócio. Os assentamentos, em sua maioria, resultado das ocupações de terras pelos movimentos camponeses, são a principal forma de territorialização do campesinato, por isso tão duramente atacado pelo agronegócio.

A outra forma de disputa territorial é pelo controle de acesso, que acontece, por exemplo, quando o Estado na tentativa de conter a ação dos movimentos dificulta a conquista da terra pelos trabalhadores criando políticas de linha de financiamento para a compra de terras e reprimindo as ocupações (RAMOS FILHO, 2008). Já a disputa territorial pelo controle das formas de uso

acontece quando o agronegócio incorpora sua territorialidade em território camponês. Um exemplo é a produção de cana-de-açúcar efetuada pelas usinas nos assentamentos do município de Teodoro Sampaio – SP (GONÇALVES, 2009).

Hoje os movimentos camponeses são a maior força de resistência do campesinato, seja pelo empreendimento das ocupações de terras ou pelo enfrentamento político com o agronegócio na criação de políticas públicas que visam a consolidação dos territórios camponeses. Lembramos que a disputa territorial acontece em todas as dimensões do território, portanto também na dimensão imaterial. São disputados pelo agronegócio e campesinato significados de conceitos que orientam as políticas públicas e também o imaginário social da população em geral.

Percebemos essa disputa quando os movimentos criticam a forma de produção de energia, como o agrocombustível a base de cana-de-açúcar sob aportes do agronegócio, e constroem formas alternativas sob aporte do campesinato lhes dando significados. Como acontece com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) em Frederico Westphalen/RS, que vem produzindo etanol consorciado a produção de alimentos e formas alternativas de obtenção de energia, visando a descentralização, independência, cooperação e diversificação na lógica camponesa.

## **PRODUÇÃO DE AGROCOMBUSTÍVEIS: MUDANÇA DA MATRIZ ENERGÉTICA MUNDIAL**

Uma das diferenças marcantes dessa nova etapa de desenvolvimento do capitalismo globalizado no Brasil está relacionada à produção de combustíveis vegetais ou (agro) combustíveis, por serem considerados como sendo energia limpa e renovável. Anteriormente, no Brasil e no mundo, tínhamos como elemento energético, quase exclusivo, os combustíveis fósseis, como o petróleo e o carvão mineral. Dessa forma, Vesentini (1995) afirma que na década de 1960 o petróleo contribuía com mais de 60% da oferta mundial de energia e, atualmente a contribuição é cada dia menor. Isto está ocorrendo porque outras fontes de energia, em especial, as oriundas da biotecnologia, estão sendo usadas. Comprovando o processo em desenvolvimento de mudança da matriz energética mundial.

Todavia, a quantidade dos combustíveis fósseis utilizados ainda hoje é muito grande, contando com 80% do total de participação na energia mundial. Contra 13 % de participação de fontes renováveis. O quadro geral hoje de participação da energia mundial é de: “35% do Petróleo, 25% do Carbón vegetal, 21% do Gás, 10% da Biomasa y resíduos, 6% da Nuclear, 2% da Hidroeléctrica, 1% de Otras fuentes renovables” (AIE<sup>2</sup>, apud FAO, 2008). No entanto, essa porcentagem varia muito entre os países, sendo que nos países subdesenvolvidos a biomassa pode contribuir em até 90% do consumo total de energia.

[...] Los combustibles fósiles son de lejos la fuente más importante de energía primaria en El mundo, de cuyo total el petróleo, el carbón vegetal y el gas

<sup>2</sup> AIE - Agencia Internacional de Energía.

proporcionan más del 80 por ciento. Las fuentes de energía renovable, entre las que ocupa un lugar preponderante la biomasa, representan el 13 por ciento aproximadamente del suministro total de energía primaria. Las fuentes de energía primaria difieren notablemente de una región a otra [...]. En algunos países en desarrollo, la biomasa proporciona hasta un 90 por ciento del consumo total de energía.

Los biocombustibles sólidos como la leña, el carbón vegetal y el estiércol ocupan con mucho el mayor segmento del sector de La bioenergía y representan no menos del 99 por ciento de todos los biocombustibles. (FAO, 2008, p. 18).

As principais causas apontadas pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) para que incentive a produção dos agrocombustíveis são: garantir a segurança energética, reduzir a emissão dos gases que provocam o efeito estufa/mudança climática e impulsionar o desenvolvimento rural. Entretanto, apesar de todas essas questões continuarem sendo relevantes, no mundo globalizado atual, a participação dos agrocombustíveis para atingir essas finalidades deve passar uma discussão acerca dos modelos de desenvolvimento que temos baseados na lógica do capital globalizado.

[...] El principal motor impulsor de las políticas nacionales de la OCDE<sup>3</sup> han sido los objetivos de seguridad energética y mitigación del cambio climático mediante la reducción de las emisiones de gases de efecto invernadero, en conjunción con El deseo de apoyar la agricultura y promover el desarrollo rural. Estas preocupaciones no están disminuyendo; por el contrario, el cambio climático y la seguridad de la energía en el futuro adquieren cada vez mayor relevancia en las políticas internacionales. Sin embargo, el papel de los biocombustibles en la solución de estos problemas, comprendidas las políticas adecuadas que deberán aplicarse, están siendo objeto de un examen más riguroso. [...]. (FAO, 2008, p. 21).

A energia conseguida a partir das plantas, ou seja, os combustíveis vegetais ou agrocombustíveis são produzidos a partir da fotossíntese das plantas. Assim, nos explica Vidal (2007, p. 36): “são combustíveis vegetais, renováveis e limpos do ponto de vista ambiental, de natureza química, que substituem os combustíveis derivados do petróleo e podem ser obtidos a partir da energia solar por meio da fotossíntese das plantas [...]”. Ainda, segundo Vidal (2007, p.36), os combustíveis vegetais são: “[...] a) álcool etílico, obtido por fermentação dos açúcares ou amidos; b) os óleos vegetais e a celulose, e seus inúmeros derivados [...]”.

Esses combustíveis são considerados renováveis porque tem origem na radiação solar. E eles não produzem o efeito estufa porque o balanço entre a quantidade de dióxido de carbono retirado do ar, pelas plantas utilizadas na sua produção, e a quantidade liberada na sua queima acaba resultando em um total negativo:

[...] não produzem efeito-estufa devido ao equilíbrio negativo entre o CO<sub>2</sub> retirado da atmosfera para a formação dos hidratos de carbono e lipídeos das plantas e o CO<sub>2</sub> resultante da queima dos combustíveis vegetais derivados – etanol, óleos vegetais e celulose, e seus derivados. (VIDAL, 2007, p. 36).

A principal planta utilizada como forma de produção de combustível no Brasil é a cana-de-açúcar, transformada em álcool ou etanol. Entretanto, a cana-de-açúcar é uma planta típica dos

---

<sup>3</sup> Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos

países tropicais, pois necessita de calor e água em abundância para se reproduzir. Neste sentido, o Brasil, enquanto maior país tropical do mundo tende a dominar a produção mundial do produto. Neste contexto, muda-se, assim, a lógica das relações comerciais internacionais vigentes até então, pois, os países desenvolvidos, Europa e EUA, não possuem o clima tropical necessário para o desenvolvimento desse produto, obrigando-os a vir comercializar esse produto com os países subdesenvolvidos tropicais. Portanto, muda-se a configuração geopolítica do século XXI, implantando-se o que poderíamos denominar de uma nova forma de colonialismo dos países dominantes sobre os países tropicais (VASCONCELOS, 2007)

Os combustíveis fósseis, principalmente o petróleo, a máquina a vapor, e o carvão mineral, foram utilizados, até então, pela humanidade, e, sobretudo, pelos países dominantes, “[...] países colonialistas e imperialistas que tomaram a dianteira da história nos últimos trezentos anos, a Inglaterra e os Estados Unidos [...]” (VASCONCELOS, 2007, p. 34), proporcionando a eles esse patamar de desenvolvimento tecnológico que estão hoje. Por isso, a energia é um fator primordial de desenvolvimento da sociedade capitalista após a revolução industrial. Entretanto, esses combustíveis utilizados até hoje, além de serem finitos e não-renováveis, se mostraram, também, extremamente ofensivos à natureza (VASCONCELOS, 2007), inclusive, na concepção de alguns pesquisadores (porque não é um consenso entre os pesquisadores do clima), sendo responsáveis pela aceleração do aquecimento global.

## **DISPUTA PELO TERRITÓRIO IMATERIAL: PARADIGMA DA QUESTÃO AGRÁRIA E PARADIGMA DO CAPITALISMO AGRÁRIO**

Para construirmos nosso debate acerca da produção dos agrocombustíveis, das políticas públicas e da soberania alimentar, vamos partir do pressuposto de que nenhum conhecimento é neutro, por isso “[...] os argumentos e até mesmo as palavras que utilizamos para publicizar o conhecimento que acionamos para desvendar a realidade nada têm de inocentes. [...]”. (PAULINO, 2006, p. 1).

Essa perspectiva nos coloca a necessidade de revelar as diferenças do conhecimento científico no sentido teórico/filosófico, político e ideológico (OLIVEIRA, 1999). É preciso na construção do conhecimento, confrontar a nossa leitura da realidade com as diversas outras formas de conceber a realidade enquanto totalidade multidimensional, visto que “[...] o debate e o confronto das idéias são também função básica da produção acadêmica e da reflexão intelectual [...]”. (OLIVEIRA, 2004, p. 27).

Esse processo se faz sem, no entanto, tentar buscar as verdades absolutas dessa realidade, mas sim, construindo reflexões sobre a realidade a fim de esclarecer a inexistência da neutralidade científica. Produzindo um conhecimento que auxilie na evolução do processo de humanização (MARX, 1977; FREIRE, 1999).

Devemos romper, também, com considerações que tentam simplificar o conhecimento científico. Classificando as teorias/teóricos em “Bons ou Maus”, “Verdadeiros ou Falsos”. Portanto, a construção do conhecimento não deve ser feito “[...] de forma maniqueísta, o que está certo ou errado. Trata-se, isso sim, de construir as explicações das diferenças, demarcá-las e revelá-las por inteiro [...]”. (OLIVEIRA, 2004, p. 27).

Neste sentido, inicialmente, vamos discutir as diferenças existentes entre o *Paradigma da Questão Agrária* e o *Paradigma do Capitalismo Agrário* a partir de nossa leitura sobre a realidade.

O Paradigma da Questão Agrária que tem os trabalhos seminais de Kautsky e Lênin entre as principais referências apresenta duas vertentes “que têm como principais elementos de análise: a renda da terra, a diferenciação econômica do campesinato e a desigualdade social geradas pelo desenvolvimento do capitalismo [...]”. (FERNANDES, 2009, p. 11).

Neste debate, do Paradigma da Questão Agrária, temos duas concepções de análise distintas: de um lado, uma corrente que acredita que o desenvolvimento do capitalismo tende a, necessariamente, expropriar o campesinato e proletarizá-lo, ou seja, ocorrerá uma inevitável destruição do campesinato e, do outro lado, os que acreditam na continuidade da existência de relações não-capitalistas, como as relações camponesas de produção (MARTINS, 1981; OLIVEIRA, 1997; 2004; FERNANDES, 2001). Essa segunda concepção, do qual somos adeptos, entende que o desenvolvimento do capitalismo no campo se faz de maneira *desigual e contraditória*, necessitando de relações não-capitalistas de produção, como as camponesas, para reproduzir o capital, possibilitando, assim, a reprodução, também, do campesinato (MARTINS, 1981; OLIVEIRA, 1997; 2004; FERNANDES, 2001; ALMEIDA, 2003; 2006; PAULINO, 2006; MARCOS, 2006; FABRINI, 2006).

O debate em torno do Paradigma da Questão Agrária se faz a partir do materialismo histórico e dialético. Priorizando algumas questões que começaram a ser discutidas por Marx e Engels na segunda metade do século XIX. Na dialética, as relações sociais são construídas, historicamente, de maneira dinâmica, por contradições e, por sua vez, superação dessas contradições. Logo, são as contradições inerentes ao capitalismo, com a produção da mercantilização e alienação humana, que comprovam a possibilidade de superação desse modo de produção. Pois, “[...] esta é uma das mais significativas vantagens dos seres humanos – a de se tornarem capazes de ir mais além de seus condicionantes [...]”. (FREIRE, 1999, p.28). Ainda,

A concepção dialética implica compreender o desenvolvimento histórico sendo efetuado por contradições e movimentos de superação destas contradições. [...]. A demonstração das contradições internas ao capitalismo, seus antagonismos, e de suas implicações sobre a coisificação da vida e a alienação humana evidencia a possibilidade histórica de superação desse sistema que define as relações nas sociedades contemporâneas. (LOUREIRO, 2004, p.111).

Na ciência geográfica, a luta de classes é discutida intrinsecamente relacionada ao processo de construção/domínio/controlado territorial. Sendo assim, para interpretar a realidade agrária.



O *paradigma da questão agrária* prioriza as *lutas de classes* para explicar as *disputas territoriais*, os modelos de desenvolvimento e suas *conflitualidades*. Sendo a questão agrária um *problema estrutural*, a luta contra o capitalismo é a perspectiva de *construção de outra sociedade*. [...]. (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2010, p. 3, *grifo nosso*).

Do outro lado, temos o Paradigma do Capitalismo Agrário, que surgiu na década de 1990, “[...] derivado da tese de doutorado de Ricardo Abramovay, publicado em 1992, que se tornou uma referência expressiva para pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. [...]”. (FERNANDES, 2009, p.11).

A tese defendida por Abramovay tem como fundamento principal a crença na inevitável extinção do campesinato. Pois para ele, ou os camponeses acabam expropriados pelo capital, devido a sua incapacidade de competir no mercado com os capitalistas do agronegócio, ou se transformam em agricultores familiares, para que possam continuar existindo. Em suas palavras: “*as sociedade camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis* [...]”. (ABRAMOVAY apud PAULINO, 2006, p. 32, *grifo nosso*).

Nesse paradigma, não se discute os problemas estruturais do modo de produção capitalista, limitando-se a discussão dos problemas conjunturais do capitalismo. Como esse paradigma não concebe a perspectiva de possibilidade e de necessidade de construção de outro modelo societário, a única saída, guiada pelo *fatalismo neoliberal* Freire (1999), é a integração/adaptação por meio de políticas públicas que levariam a minimização dos problemas, mas mantendo o modelo econômico vigente.

Nesta perspectiva, Freire (1999, p.15), tece uma severa crítica ao neoliberalismo, “[...] ao cinismo de sua *ideologia fatalista* e sua recusa inflexível ao sonho e a utopia”. (*grifo nosso*). Onde ocorre a naturalização dos problemas estruturais presentes no modo de produção capitalista, e por isso, não haveria nada a se fazer a não ser nos adaptarmos a essa realidade impossível de ser transformada. Dito de outra maneira, a única possibilidade viável seria a integração do campesinato ao agronegócio.

Podemos sintetizar as principais características do Paradigma do Capitalismo Agrário da seguinte maneira:

[...] a produção de desigualdades também é explicada como um *problema conjuntural do capitalismo* e que poderia ser superado por meio de políticas que possibilitem a “*integração*” do campesinato ou “*agricultor de base familiar*” ao mercado capitalista. Esta “*integração*” seria necessária porque o campesinato compõe uma estrutura incompleta e necessita do mercado capitalista para se desenvolver. Nesta lógica, *campesinato e capital “interagem”* [...]. Esse processo é explicado pelo paradigma do capitalismo agrário que prioriza as políticas sociais para *aproximar relações entre a produção capitalista e a produção familiar* (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2010, p. 3, *grifo nosso*).

Todavia, essa perspectiva de integração é pensada por nós, adeptos do Paradigma da Questão Agrária, como sendo sinônimo de subordinação/submissão. Ou ainda, significando a

*territorialidade do agronegócio em território camponês* (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2010).

Na *monopolização do território pelo capital monopolista*, o camponês não é expropriado, mas sua renda fica subordinada ao capital, sendo obrigado a repassar o produto do seu trabalho para o capitalista (OLIVEIRA, 2004). Essa parte da renda camponesa que é apropriada pelo capitalista é utilizada por este para reprodução/acumulação de capital. Apesar de permitir que o campesinato continue se reproduzindo, faz com que o camponês se reproduza numa situação precária, daí a necessidade ruptura com o capital. No entanto,

[...] Para eles, a *integração* do campesinato à economia capitalista promove o *desenvolvimento* de ambos e os problemas gerados por essa relação podem ser resolvidos por meio de *políticas agrícolas*. Neste sentido, a *conflitualidade* não é uma referência, como também não é o *processo desigual e contraditório*, de modo que a relação é compreendida desde uma *perspectiva positivista*. (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2010, p. 3, *grifo nosso*).

Na perspectiva dialética, o conflito de classes é intrínseco à criação das relações sociais ao longo do processo histórico de desenvolvimento da humanidade, por isso,

A *conflitualidade* é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato. Ela acontece por causa da contradição criada pela destruição, criação e recriação simultâneas dessas relações sociais. A *conflitualidade* é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato por causa do paradoxo gerado pela contradição estrutural. [...]. (FERNANDES, 2009, p. 6, grifo do autor).

Podemos sintetizar as diferenças entre estes paradigmas da seguinte maneira: “[...] Para o paradigma da questão agrária o problema está na estrutura e para o paradigma do capitalismo agrário, o problema está no camponês”. (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2010, p. 3). Desse modo, nesta disputa de territórios imateriais, podemos explicitar os antagonismos dos princípios dos paradigmas nos conceitos fundamentais presentes no Paradigma do Capitalismo Agrário: problema conjuntural, biocombustíveis, integração, agricultura familiar, segurança alimentar e desenvolvimento sustentável. Em oposição, respectivamente, aos conceitos presentes no Paradigma da Questão Agrária: questão estrutural, agrocombustíveis, subordinação, agricultura camponesa, soberania alimentar e sustentabilidade.

## **OS PARADIGMAS E OS AGROCOMBUSTÍVEIS**

Nesta parte do texto, vamos escrever acerca da relação existente entre os paradigmas e os agrocombustíveis, tendo em vista que cada um destes paradigmas vai interpretar esta relação de maneira distinta, a partir dos princípios na qual estão estruturados cada desses. E esses paradigmas influenciam os governos na elaboração de políticas de desenvolvimento agrário (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2010).

Nesta perspectiva, os teóricos do Paradigma da Questão Agrária vão tecer várias críticas aos impactos socioterritoriais causados pela territorialização dos agrocombustíveis interligados ao *modelo agrário/agrícola* do Brasil (PORTO-GONÇALVES, 2004), ou seja, problemas que afetam as dimensões políticas, sociais, econômicas, ambientais e culturais dos territórios camponeses. Porém, para os teóricos do Paradigma do Capitalismo Agrário esses problemas são discutidos na perspectiva conjuntural e tem como propostas a formação de empreendedores (INSTITUTO SOUZA CRUZ, 2010) e a integração do agricultor familiar ao mercado (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2010). Dessa forma, temos de um lado, a crítica ao modelo vigente e a perspectiva de superação, e de outro lado, a adaptação/integração que auxilie no processo de produção/reprodução/acumulação de capital.

[...] a) as críticas do *paradigma da questão agrária* aos impactos socioterritoriais, por exemplo: *desmatamento, intensificação da exploração do trabalho, casos com uso de trabalho escravo, subordinação e expropriação de camponeses* resultantes da expansão da produção dos agrocombustíveis pelas corporações transnacionais e b) as ênfases do *paradigma do capitalismo agrário* aos processos de “*integração*” aos mercados capitalistas, analisando *tendências, logísticas, redes, preços* etc. Não há, nesses paradigmas, estudos sobre as *conflitualidades* presentes nos mercados e as *perspectivas de superação*. (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2010, p. 4, *grifo nosso*).

## O PARADIGMA DO CAPITALISMO AGRÁRIO E O PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DO BIODIESEL (PNPB)

Existe uma nítida influência do Paradigma do Capitalismo Agrário nas políticas públicas relacionadas aos agrocombustíveis. Essas políticas vão contra a perspectiva na qual os movimentos camponeses pensam a relação dos agrocombustíveis com o campesinato. Tendo em vista que “as ações dos movimentos camponeses também orientam os parâmetros e modificam os paradigmas que exercem influências sobre suas ações [...]”. (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2010, p. 4).

Neste sentido, vamos discorrer acerca de um exemplo de influência dos paradigmas sobre as políticas governamentais de desenvolvimento agrário que é o *Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)* (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2010).

Este programa tem o objetivo de Implantar o biodiesel na Matriz Energética Brasileira de combustíveis líquidos (PNPB, 2010). Segundo o documento:

[...] é um programa interministerial do Governo Federal que objetiva a implementação de forma sustentável, tanto técnica, como economicamente, a produção e uso do Biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda. (PNPB, 2010, p. 1).

É parte integrante desse programa a “Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, [que] estabelece a obrigatoriedade da adição de um percentual mínimo de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor, em qualquer parte do território nacional. [...]”. (PNPB, 2010, p. 1).

Essa proposta objetiva diminuir a quantidade de diesel importado constituindo uma economia para o país.

Hoje, 10% do diesel consumido no Brasil são importados. Este combustível, utilizado principalmente no transporte de passageiros e de cargas, é o mais utilizado no país, com comercialização anual da ordem de 38,2 bilhões de litros, o que corresponde a 57,7% do consumo nacional de combustíveis veiculares. O biodiesel permite a economia de divisas com a importação de petróleo e óleo diesel, trata-se de uma vantagem estratégica ao reduzir a dependência das importações de petróleo [...]. (PNPB, 2010, p. 7).

Todavia, a perspectiva, teórica, política e ideológica, que compõe o programa está ligado a integração – subordinação – da agricultura familiar ao agronegócio. Este projeto não busca uma perspectiva de autonomia para campesinato. Toda a produção e comercialização dos produtos agroenergéticos, continuará sendo controlada pelo capital agroindustrial.

[...] Esta política foi elaborada a partir da *lógica da “integração”* um dos princípios dos parâmetros do *paradigma do capitalismo agrário*. O subsídio que o governo oferece ao sistema industrial do agronegócio, na compra de uma quantidade definida pelo MDA, contribui para a manutenção da *subordinação da produção camponesa ao agronegócio*. O *controle do processo de produção e comercialização é do agronegócio*, que vem realizando investimentos em pesquisas e tecnologia para a produção em grande escala de culturas para o agrocombustível. (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2010, p. 4, *grifo nosso*).

Podemos encontrar essa lógica do Paradigma do Capitalismo Agrário em várias passagens do texto. Como nesta parte que afirma que: “[...] as regras permitem a produção a partir de diferentes oleaginosas e rotas tecnológicas, possibilitando a participação *do agronegócio e da agricultura familiar*”. (PNPB, 2010, p. 5, *grifo nosso*).

Como se a relação do campesinato com o agronegócio pudesse ser harmoniosa e possível sem que o camponês tenha prejuízos, tanto em renda quanto em autonomia/controlado do processo produtivo. Porém, o que chamamos de submissão é o que os teóricos do Paradigma do Capitalismo Agrário chamam de “inclusão social”, enfatizando a geração de empregos no campo e o potencial produtivo da “agricultura familiar”. Conforme o documento:

O cultivo de matérias-primas e a produção industrial de biodiesel, ou seja, a cadeia produtiva do biodiesel, tem grande potencial de *geração de empregos*, promovendo, dessa forma, a *inclusão social*, especialmente quando se considera o amplo *potencial produtivo da agricultura familiar*. [...]. (PNPB, 2010, p. 2, *grifo nosso*).

O governo incentivará a produção dos agrocombustíveis possibilitando crédito aos pequenos agricultores por meio do Pronaf, “[...] assim como acesso à *assistência técnica, fornecida pelas próprias empresas* detentoras do Selo Combustível Social, com apoio do MDA por meio de parceiros *públicos e privados*. [...]”. (PNPB, 2010, p. 3, *grifo nosso*). A parceria pública e privada é um ideal do Paradigma do Capitalismo Agrário, pois entendem que as empresas podem ser protagonistas do desenvolvimento sustentável. Por exemplo, segundo o Instituto Souza Cruz, seu projeto na área da educação “dedica-se ao desenvolvimento integral da juventude do campo,

na busca de formas sustentáveis de geração de renda para a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais”. (2010, Não paginado). Porém, entendemos que não há sustentabilidade sob o modo de produção capitalista. Não passando de um discurso ideológico de manutenção do *status quo* vigente. As relações públicas e privadas sempre serão conflituosas.

## **IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS DO AGRONEGÓCIO: MONOCULTURA-AGROCOMBUSTÍVEIS-LATIFÚNDIO**

Com a intencionalidade de gerar mais-valia, temos a produção dos agrocombustíveis constituído pelo tripé latifúndio-monocultura-exportação do agronegócio. Temos empresas de diversos setores que estão comprando e criando novas usinas de álcool em vários lugares do Brasil. Um exemplo, no município de Teodoro Sampaio, na região do Pontal do Paranapanema no Estado de São Paulo, é “[...] o *Grupo Odebrecht*, uma corporação brasileira transnacional do setor de construção, comprou em 2007, a *Destilaria Alcídia* [...]”. (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2010, p. 10, *grifo nosso*).

O imperialismo dos países desenvolvidos fica evidente quando constatamos que empresas trans/multinacionais estão interessadas em produzir o etanol em nosso território e, conseqüentemente, explorar nossa mão-de-obra e destruir nossa biodiversidade (CAMACHO, 2008). Essas empresas têm como prática produtiva o uso descomedido de agrotóxicos e a produção em monocultura que visa à exportação a fim de atender as necessidades de consumo de seus países imperialista-dominantes de origem. Países estes, da Europa, além do Japão e, sobretudo, o EUA. Sendo assim, inúmeras multinacionais estão interessadas em instalar suas usinas em nosso território. Entre os interessados nesse negócio, está o já “bilhardário” Bill Gates, como nos diz Vasconcellos:

[...] o saqueio do território brasileiro já está montado e planejado. General Motors, Nascar, GM, Indy. As multinacionais estão excitadíssimas em tacar mão no etanol dos trópicos, assim como o nada bobo Bill Gates, com sua Ethanol Pacific, na Califórnia, está a fim de comprar as terras de Mato Grosso e Goiás. [...] Japonês, Holandês, multinacionais, estão a fim de erguer usinas de álcool em Mato Grosso do Sul e Paraná. (VASCONCELOS, 2007, p. 34).

Podemos ter a certeza de que tanto à burguesia dos países imperialistas, assim como, a burguesia nacional, não está preocupada em preservar a nossa sociobiodiversidade, pois o que interessa para estes é o lucro a qualquer custo. Para eles, os fins justificam os meios. Por isso, é nosso dever zelar pela sociobiodiversidade presente em nosso território, pois não serão eles que irão fazer isso por nós. Visto que para eles, os trabalhadores e a natureza são mercadorias a serem compradas e usufruídas para aumentar os lucros e garantir a vitória na concorrência do mercado internacional. O solo e a água deixam de ser elementos naturais e, passam a ser agora, objetos de apropriação. Transformam-se, então, na única coisa importante para a burguesia

internacional e nacional em nosso território. E a população, dessa maneira, se torna elemento residual (CAMACHO, 2008).

No entanto, o capitalismo segue sua lógica perversa no campo, tendo como características essenciais: o consumismo desenfreado e a exploração descomedida da natureza. Exploração da natureza combinada com a exploração das pessoas, pois este processo gera mais-valia, permitindo a acumulação/reprodução do capital. É, por isso, que esse processo de desenvolvimento capitalista no campo é responsável pela exclusão e marginalização dos povos, além da destruição da biodiversidade, colocando em risco toda a humanidade. Logo, o que temos é a destruição da sociobiodiversidade.

O custo dessa exploração da natureza e das pessoas junto ao consumismo desenfreado foi pago pelo sacrifício de milhões de trabalhadores pobres, camponeses, indígenas, pastores, pescadores, e outras pessoas pobres da sociedade, que entregam suas vidas a cada dia. E pela agressão permanente da natureza que foi e continua sendo sistematicamente devastada. Sua integridade e a diversidade de formas de vida, que são o sustento da biodiversidade, estão ameaçadas. E, se a natureza de nosso planeta está ameaçada, está ameaçada a própria vida humana, que depende dela. [...]. (STEDILE et al., 2006, p. 40).

Essa destruição biológica e cultural e, portanto, da sociobiodiversidade, efetuada pela territorialização do capital no campo e seu agroecossistema, tem como uma de suas causas à homogeneização/simplificação dos ecossistemas que, por isso, necessitam de uma grande quantidade de insumos industrializados para manter sua reprodução. O emprego desses insumos tem como consequência a poluição dos rios e dos solos, causando a morte de peixes e comprometendo a reprodução das comunidades ribeirinhas que tem na pesca uma atividade principal ou complementar de sua subsistência (PORTO-GONÇALVES, 2004).

Questão importante a ser discutida, também, é a dos trabalhadores assalariados do campo, os bóias-frias, empregados principalmente na produção de cana, tendo em vista que já foram registrados inclusive casos de morte por exaustão. Foram registrados, também, incidência de trabalho escravo e semi-escravo, além da degradação ambiental que sempre acompanhou a produção da monocultura para a exportação. Os trabalhadores, na maioria das vezes, são submetidos a uma jornada fatigante que, quando não leva a morte, causam sérios problemas de saúde. Poucos têm os seus direitos trabalhistas regulamentados:

A produção de cana no Brasil é historicamente conhecida pela *superexploração do trabalho, destruição do meio ambiente e apropriação indevida de recursos públicos*. As usinas se caracterizam pela *concentração de terras para o monocultivo voltado à exportação*. Utilizam em geral mão-de-obra migrante, os bóias-frias, sem direitos trabalhistas regulamentados. Os trabalhadores são (mal) remunerados pela quantidade de cana cortada, e não pelo número de horas trabalhadas. E ainda assim não têm controle sobre a pesagem do que produzem. Alguns chegam a cortar, obrigados, 15 toneladas por dia. Tamanho esforço causa sérios problemas de saúde, como câimbras e tendinites, afetando a coluna e os pés. A maioria das contratações se dá por intermediários (trabalho terceirizado) ou “gatos”, arregimentadores de trabalho escravo ou semi-escravo. [...]. (BETTO, 2007, Não paginado, *grifo nosso*).

Outra problemática que se coloca com relação aos agrocombustíveis é o encarecimento dos alimentos. A respeito desse assunto, vejamos o que diz Frei Betto:

Estudo da OCDE e da FAO, divulgado a 4 de julho, indica que “os biocombustíveis terão forte impacto na agricultura entre 2007 e 2016.” Os preços agrícolas ficarão acima da média dos últimos dez anos. Os grãos deverão custar de 20 a 50% mais. No Brasil, a população pagou três vezes mais pelos alimentos no primeiro semestre deste ano, se comparado ao mesmo período de 2006. (2007, Não paginado).

O aumento dos preços dos alimentos, a pesar de não ter como único motivo a substituição das culturas alimentares pelas culturas energéticas, suscitou um amplo debate acerca da soberania alimentar.

[...] Los precios de los alimentos han aumentado rápidamente, provocando protestas en muchos países y generando graves preocupaciones sobre la seguridad alimentaria de las personas más vulnerables del mundo. (FAO, 2008, p. 18)

O que está em jogo nessa oposição de produção entre alimentos e agrocombustíveis é a valorização da produção de energia em oposição à produção de alimentos que é a necessidade básica do ser humano. Ou seja, a fome e a desnutrição têm uma importância menor do que a energia que alimenta os carros. Os objetos passam a ter mais valor que o ser humano.

Vamos alimentar carros e desnutrir pessoas. Há 800 milhões de veículos automotores no mundo. O mesmo número de pessoas sobrevive em desnutrição crônica. O que inquieta é que nenhum dos governos entusiasmados com os agrocombustíveis questiona o modelo de transporte individual, como se os lucros da indústria automobilística fossem intocáveis. (BETTO, 2007, Não paginado).

Uma das opções seria investir em fontes de energia alternativa: hidráulica, solar, eólica, biogás etc. e priorizar a alimentação para as classes menos favorecidas. Pois,

[...] Cada vez se cuestiona más la eficacia en función de los costos de la reducción de las emisiones mediante el desarrollo de los biocombustibles, particularmente si estos últimos no están integrados en un marco más amplio que abarque la conservación de la energía, las políticas en materia de transporte y el desarrollo de otras formas de energía renovable. (FAO, 2008, p. 22)

## **EXPERIÊNCIAS DE PRODUÇÃO DE AGROCOMBUSTÍVEIS DA AGRICULTURA CAMPONESA NA LÓGICA DO PARADIGMA DO CAPITALISMO AGRÁRIO**

Na perspectiva de produção de energia a partir dos vegetais temos experiências distintas, seguindo lógicas/racionalidades distintas. Sendo assim, com relação à produção da agricultura camponesa, temos movimentos sociais e sindicais que assumem a postura de trabalhar na perspectiva do Paradigma do Capitalismo Agrário, ou seja, fazendo alianças com o

capital. De maneira, conscientes ou não, subordinados ao agronegócio. É o caso, da *CONTAG*, que “[...] não tem manifestado uma postura crítica ao agrocombustível em seus documentos, ao contrário, apresenta proposições para o avanço do modelo em desenvolvimento”. (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2010, p. 7). A *CONTAG*, “[...] possui uma rede nacional para relação entre camponeses e empresas compradoras de agrocombustíveis [...]”. (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2010, p. 10).

Outra experiência camponesa é a da *Federação das Associações de Assentados e Agricultores Familiares do Oeste Paulista (FAAFOP)*. Esta experiência conta com integrantes camponeses de diversos movimentos sociais e sindicais. Seus objetivos passam pela possibilidade de construir estratégias de reprodução para não serem desterritorializados e pela necessidade de construção de uma realidade para além da miserabilidade imposta ao campesinato pelo capital. Porém, contraditoriamente, não conseguiram ultrapassar a condição de subordinação. Isto quer dizer que trabalham na lógica da integração do Paradigma do Capitalismo Agrário. Fazendo parte do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). A criação dessa experiência

[...] aconteceu com a dissidência de José Rainha e outras lideranças do MST. A Federação reúne diversos movimentos camponeses, sindicatos e oitenta associações filiadas que representam cerca de trinta assentamentos da região do Pontal do Paranapanema.

Suas estratégias visam a diversificação e agroindustrialização com objetivo de aumentar a renda dos assentados através de um sistema cooperativista de produção. A Federação controla a Cooperativa de Produção de Biodiesel do Oeste Paulista – (Cooperbioeste). (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2010, p. 10).

## **EXPERIÊNCIAS CAMPONESAS DE PRODUÇÃO DE ENERGIA E ALIMENTOS NA LÓGICA DO PARADIGMA DA QUESTÃO AGRÁRIA**

Uma das grandes diferenças entre o projeto de produção de energia dos movimentos camponeses e a produção do agronegócio é que “[...] a associação entre a produção de *culturas alimentares* e *culturas para produção de energia* é um dos princípios dos movimentos camponeses no uso de seus territórios. [...]”. (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2010, p. 10).

Neste sentido, está entre as prioridades alternativas da produção no campo, a fim de assegurar a sociobiodiversidade, a delimitação do tamanho das propriedades, a policultura e a produção de alimentos sem transgênicos e agrotóxicos. Portanto, de forma geral, essas são as características de produção da agricultura camponesa e dos povos tradicionais do campo. Com essa forma de produção no campo, acreditamos que seja possível construir outra realidade onde não se degrade o meio-ambiente preservando-o para as futuras gerações. Entendemos também que a partir desta perspectiva é possível garantir condições de vida digna no campo para seus habitantes, desterritorializando o capital e territorializando os camponeses. Evitando, dessa maneira, que os detentores do agronegócio explorem os camponeses sem-terra e produzam a



expulsão e proletarização do campesinato, gerando a miséria e a exclusão social (CAMACHO, 2008).

Defendemos utilizar as terras e os recursos naturais de nossa sociedade de outra forma. Defendemos organizar em pequenas e médias unidades de produção (poderiam ser até 1.000 hectares, mas precisam ter um limite), defendemos a policultura como forma de aproveitar melhor o potencial do solo, do clima e a preservação da biodiversidade. Queremos priorizar a produção de alimentos, e alimentos saudáveis, sem agrotóxicos. Queremos uma agricultura que absorva mão-de-obra, gere trabalho. Garanta renda a todos os que trabalham no meio rural e não apenas aos grandes proprietários, que em geral moram nas capitais. Queremos estimular o uso de técnicas agrícolas que respeitem o meio ambiente e o preservem para as gerações futuras. Queremos a adoção e multiplicação de sementes convencionais, já adaptadas à nossa natureza, e contra os transgênicos, que são apenas uma forma de as transnacionais nos explorarem com royalties. (STEDILE et al., 2006, p. 17).

Nesta perspectiva, os povos do campo e da floresta, camponeses, quilombolas, indígenas, seringueiros, pescadores etc., continuam produzindo sua subsistência numa relação equilibrada com a natureza de maneira diametralmente oposta ao agronegócio. Ou seja, neste período de globalização esses povos chamam “[...] a atenção para o fato de suas práticas culturais específicas serem aquelas que mais se coadunam com os interesses da humanidade e da ecologia do planeta e, por isso, devem ser respeitadas enquanto tais”. (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 208).

Vamos conhecer alguns posicionamentos dos movimentos camponeses com relação à produção de energia. A Via Campesina – Brasil faz uma intensa crítica à produção dos agrocombustíveis. Alertando sobre a problemática da substituição da produção de alimentos por energia e afirmando que o modelo estabelecido de produção de agrocombustíveis ao invés de trazer benefícios ao meio ambiente, por meio da substituição dos combustíveis fósseis pelo biodiesel, vai acabar aumentando os impactos. "A produção industrial de agrocombustíveis vai aumentar o aquecimento global, em vez de proporcionar a redução. A monocultura de palma, soja, milho ou cana de açúcar vai contribuir na deflorestação e na destruição da biodiversidade". (VIA CAMPESINA, 2010, p.1).

A Via Campesina não acredita na solução da crise socioambiental por meio da tecnologia, mas sim, por meio da organização dos sujeitos sociais em busca de outro modelo de produção, distribuição, circulação e consumo.

A Via Campesina acredita que as soluções para a atual crise têm que surgir de atores sociais organizados, que estão desenvolvendo modelos de produção, comércio e consumo baseados na justiça, na solidariedade e em comunidades saudáveis.

Nenhuma solução tecnológica vai resolver o desastre do meio ambiente ou social. Somente uma mudança radical na forma como produzimos, comercializamos e consumimos pode dar terras para comunidades rurais e urbanas saudáveis. A agricultura sustentável em pequena escala, um trabalho intensivo e de pouco consumo de energia pode contribuir para o resfriamento da terra. (VIA CAMPESINA, 2010, p.2).

Quanto ao MST, possui apenas algumas experiências de produção voltadas para autoconsumo. Como “[...] no assentamento Fazenda Pirituba no município de Itapeva, Estado de São Paulo, o MST começou uma experiência de produção de óleo vegetal a partir do girassol”. (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2010, p. 10).

## O TERRITÓRIO DA SOBERANIA ALIMENTAR

O território é marcado pelas relações de poder e pelas correlações de forças que estão implícitas e explícitas nas relações sociais. Assim, entendemos a Soberania Alimentar como um território que explicita leituras da questão agrária por meio do território material e também do imaterial, que não é somente uma analogia ao pensamento. O conceito de território carrega no seu interior noções como o poder, a ideologia, a disputa e o conflito. As manifestações, as ocupações, as políticas públicas, os agrishows, entre outros instrumentos dos movimentos socioterritoriais, das organizações patronais e do Estado territorializam os seus objetivos todos os dias e assim criam e recriam territórios imateriais, através do aparato simbólico, que por sua vez irão influenciar na consolidação/manutenção ou rompimento de uma determinada lógica nos territórios materiais (CUBAS, 2009).

Concordamos com Fernandes (2010) quando ele trata do tema de Agrocombustíveis, Agroenergia e Soberania Alimentar como sendo uma questão da atualidade no cenário nacional, e que existe uma possível mudança da matriz energética que acarreta severas implicações ao abastecimento de alimentos no Brasil e no mundo.

Tomamos a soberania alimentar como um exemplo de território, partindo de sua concepção como idéia materializada em política pública que muda as relações sociais, gera conflitualidades entre classes sociais e muda modos de vida. São idéias – territórios, que ao serem construídas carregam em si os princípios do espaço e das relações onde nasceu. Com este exemplo, procuramos demonstrar como os territórios estão presentes em nosso cotidiano e como é importante compreendê-los (FERNANDES, 2010, Não paginado).

Aqui, deixamos claro que temos o território como uma parte do espaço que está sempre em disputa. Lefebvre (1979) diz que a sociedade produz o espaço e assim o espaço é o *locus* das relações sociais, que envolvem a sua produção e a sua reprodução. O espaço é produto do trabalho humano em realidades físicas diversas, é o resultado da luta pela vida de indivíduos e grupos que se organizam em classes sociais para formar seus territórios (SANTOS, 1996). Toda relação social tem as dimensões espacial e temporal, dois elementos da realidade inseparáveis. Um influencia o outro, produzindo infinitas misturas de realidades físicas e metafísicas.

Para que o território imaterial exista é inerente à existência do território material como uma base, pois o imaterial não existe por si só, mas por uma complexidade de eventos, fatos e situações que formam o território como parte do espaço e o lugar de atuação do homem, onde se encontram as suas conflitualidades.

Colocamos que o território é sempre um espaço de lutas nas esferas política, econômica, social, cultural e até mesmo ideológica, por isso consideramos sua multidimensionalidade. O território é alvo de disputa tanto nos campos materiais como nos imateriais e, por isso, os conflitos entre os conceitos do Paradigma da Questão Agrária e do Paradigma do Capitalismo Agrário. Conceitos esses que refletem no que entendemos sobre a “Segurança Alimentar” e a “Soberania Alimentar”, ou seja, se torna necessário explicitarmos essas relações para não nos limitarmos à realidade capitalista.

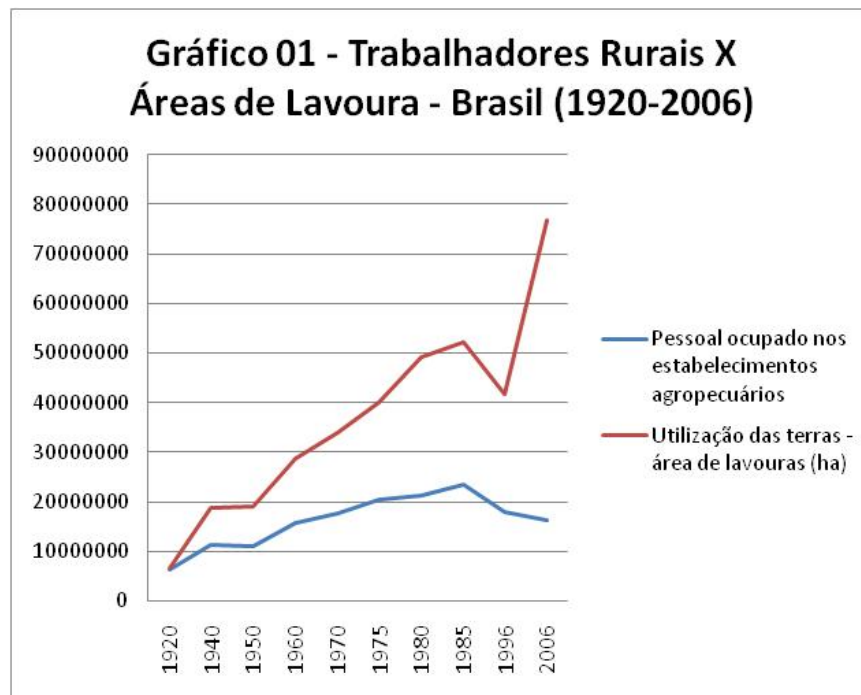
É por esse referencial que se faz necessário discernirmos as diferenças entre segurança alimentar e soberania alimentar, antes que possíveis confusões possam ser construídas, pois quando apostamos na soberania alimentar não estamos apenas demarcando um campo de pesquisa ou mais uma nomenclatura para os próximos projetos, tampouco mais um conceito ou palavra chave. Então, para o momento é importante definir que enquanto a segurança alimentar tem a ver com a obrigação dos Estados nacionais em garantir o acesso aos alimentos em quantidades suficientes, sem se por em questão a origem dos mesmos, inclusive podendo contar com ajudas internacionais; a idéia e o conceito de Soberania Alimentar está erigido à partir da defesa do direito dos povos e dos países de definir suas próprias políticas e estratégias de produção de alimentos destinados ao abastecimento de sua população, antes mesmo da necessidade mercadológica e de exportação, como imperante e crescentemente marcado no cenário global (THOMAZ JR., 2007, p. 9).

Essa diferenciação é fundamental para entendermos a importância de como a Soberania Alimentar é construída. Esse conceito é consubstanciado pela lógica do Paradigma da Questão Agrária, pois o mesmo propõe uma política de desenvolvimento territorial rural que remete ao plano camponês e por consequência a agricultura camponesa. A produção de alimentos deixa de ser algo para ser resolvido de maneira imediata e paliativa, para algo que tem a necessidade de transformar a estrutura de todo o modo de produção. Substituindo a lógica mercadológica do agronegócio e no lugar desenvolvendo uma lógica social de não só abastecimento de alimentos a população, mas também de controle dessa produção de alimentos de modo que possibilite o fortalecimento da agricultura camponesa.

Assim, se torna uma questão de relevante importância para refletirmos é a Soberania Alimentar, ou seja, “a soberania alimentar é entendida como um princípio que define o direito e até o dever que cada povo tem de produzir os alimentos de que necessita para sua sobrevivência [...]”. (STEDILE, 2007, p. 42). Essa questão se mostra fundamental, principalmente na atualidade, em que começa a ficar mais rentável plantar para a produção de agrocombustíveis, ao invés de plantar para a produção de alimentos.

Essa inversão de prioridades ocorre porque a produção agrícola para o capitalismo e, conseqüentemente, para o agronegócio não passa de mais uma mercadoria, onde o alimento também se torna mercadoria, cuja produção depende do retorno financeiro que esse “negócio” dará. Porém, a alimentação é a primeira necessidade humana, e, logo, é a primeira função do trabalho na transformação da natureza (ENGELS, 1977).

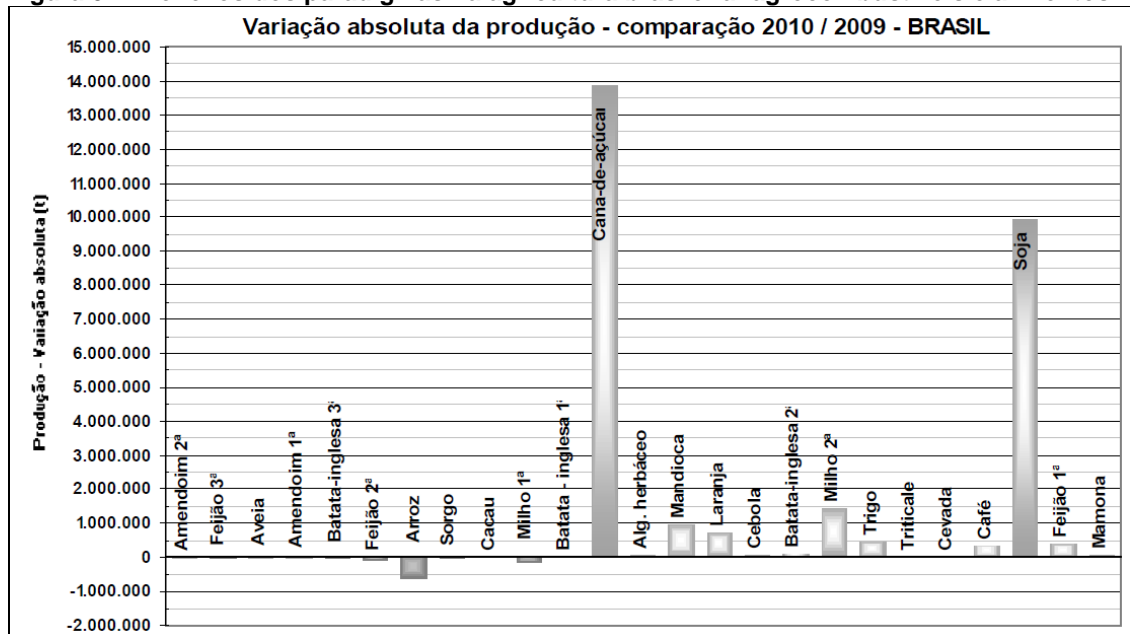
Para percebermos essa inversão de prioridades, concomitantemente ao que acontece atualmente no país, temos o **Gráfico 01** que legitima essa lógica de mercado e lucro máximo. A propriedade no agronegócio tem que ser otimizada em detrimento histórico da expropriação da população rural no Brasil.



Fonte: IBGE, 2010. Org. Tiago Cubas e Federico Sulroca.

Outro processo que observamos então é que o latifúndio expropria pela improdutividade e o agronegócio pela altíssima produtividade (FERNANDES, 2009), mas o que podemos compreender nessa análise é que nos dois modelos temos notado o êxodo de pessoas no campo. Esse êxodo de trabalhadores rurais é observado quando nos pautamos na realidade do controle (do território) fundiário, pelo “coronel” no latifúndio, e por empresários com alto grau de mecanização nos territórios do agronegócio, isso reflete numa questão agrária brasileira de alta concentração fundiária e de poder.

Então, o que fundamenta a nossa visão de Soberania Alimentar voltada para o subsídio da agricultura camponesa é o próprio cenário brasileiro. Esse cenário reflete um país que busca concretizar as *comodities*, como a cana-de-açúcar e a soja, que estão em larga expansão no país. Podemos notar a expressão do debate que pretendemos levantar, quando falamos da Soberania Alimentar, como algo fundamental para soberania nacional, como podemos visualizar na **Figura 01**.

**Figura 01 - Reflexos dos paradigmas na agricultura brasileira: agrocombustíveis e alimentos**

Fonte: IBGE, 2010.

A partir disso, visualizamos a situação que se encontra a disputa territorial entre os paradigmas do Capitalismo Agrário (representado no agronegócio) e o da Questão Agrária (representado na Soberania Alimentar). Esse é um espaço de luta política e ideológica que no Paradigma do Capitalismo Agrário reforça a dominação e expansão das *comoditties* e no Paradigma da Questão Agrária legitima a luta pela Reforma Agrária, Soberania Alimentar e Justiça Social. A cana-de-açúcar (14 milhões de toneladas) e a soja (10 milhões de toneladas) são produtos de exportação e destaque de produção do agronegócio, em detrimento dos alimentos como o arroz, o feijão, o milho e a mandioca que estão numa amplitude de variação absoluta negativa para positiva com no máximo de 2 milhões de toneladas. Isso reforça o que foi exposto sobre o cenário nacional da agricultura brasileira: a expansão do território do agronegócio, para as *comoditties*, e a redução da produção de alimentos que é colocada em segundo plano pelas políticas públicas.

Portanto, entendemos, que é a agricultura camponesa que deve ser a prioridade das políticas públicas e não o agronegócio. Corroborando com nossa análise, Stedile afirma: “o alimento é um direito de todos os seres humanos e não mera mercadoria da qual se busca extrair lucros [...]”. (2007, p. 42). Logo, a produção agrícola camponesa baseada na policultura, é essencial para manter a Soberania Alimentar.

## **A SEMENTE FOI PLANTADA: UMA EXPERIÊNCIA PARA FRUTIFICAR – MPA EM FREDERICO WESTPHALEN/RS**

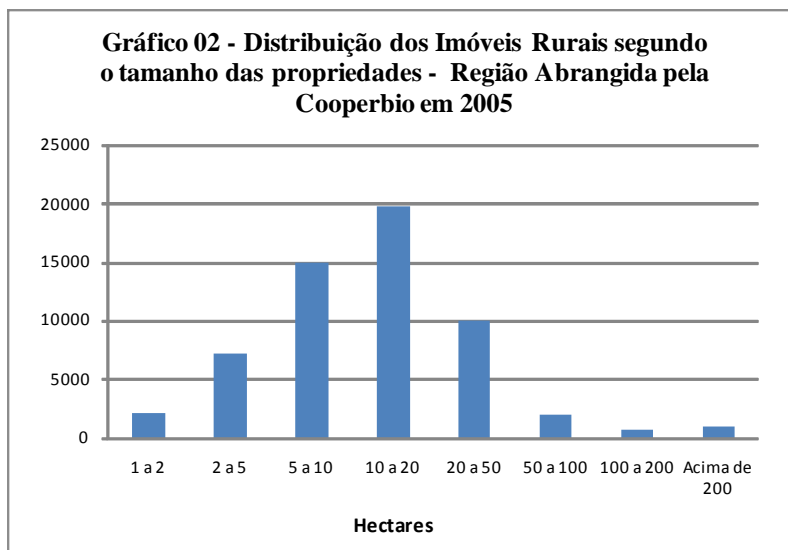
Observando esse cenário nacional, na visão do Paradigma da Questão Agrária, vemos a situação/problema do campo brasileiro, e também a relação cidade-campo, dentro uma lógica estrutural. As relações sociais são mediadas pelo poder. Poder do capital de influir e transformar o território e a contradição desse poder que está na dialética do território do não-capital, por exemplo, a luta camponesa pela conquista de territórios camponeses. A problemática está, não na conjuntura, ou nas relações camponesas, mas nas relações capitalistas que visam, fundamentalmente, o economicismo, ou seja, o crescimento econômico de uma minoria em detrimento de um planejamento territorial rural voltado para o desenvolvimento socioterritorial da maioria da população.

Após entendermos os novos fatores que compõem a questão agrária brasileira e as disputas territoriais que estão acontecendo na sua atualidade, pensamos a importância de termos em mãos novos modos de recriar o espaço camponês, principalmente no ponto em que as relações não-capitalistas sejam criadas no território. Então, fomos a campo a fim de estudarmos uma nova experiência articulada pelo MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) que traz a agroecologia e o desenvolvimento territorial rural como pontos fundamentais para reprodução do território camponês.

O MPA é um movimento socioterritorial que surgiu do interior do MST, não como uma dissidência, mas como um movimento com características distintas, sendo os dois movimentos integrantes da Via Campesina. Partindo desse aspecto, poderíamos pressupor que são movimentos que tem em sua essência a composição organizacional semelhante, mas as estratégias de reprodução, de fato, são distintas, além de parte da estrutura desse movimento ser diferenciada. Observemos as diferentes estratégias de ação desses movimentos em que o território está situado na essência dessa luta.

Tanto o MST Nacional, quanto o MPA em Frederico Westphalen (FW), tem quatro principais pilares como base: organicidade (direção nacional e estadual), formação política (base), produção (organização produtiva) e a luta (manifestações e ocupações). É por meio desses quatro pilares fundamentais que se sustenta a lógica de atuação desses movimentos socioterritoriais. E, é por meio dessa lógica, que podemos observar, também, o território de atuação de cada um desses movimentos. A conquista de territórios, os assentamentos, é o principal alvo do MST. O MST, em síntese, parte de uma luta que se realiza por manifestações e ocupações com a intenção de pressionar o governo pela Reforma Agrária, ou seja, existe na sua essência uma busca pelo território (FERNANDES, 2000), além da perspectiva de ruptura com a lógica capitalista vigente.

A realidade da estrutura fundiária na região noroeste do Rio Grande do Sul – região de 63 municípios onde a Cooperbio (Cooperativa de Produção de Biocombustíveis) atua – é baseada na pequena propriedade, como pode ser notada no **Gráfico 02**, onde as propriedades de 1 a 50 hectares representam, aproximadamente, 90% dessa distribuição total de imóveis rurais.



**Fonte:** IBGE, 2005. Org. MPA, 2007.

O processo de colonização que tivemos no Rio Grande do Sul, a partir das famílias de origem européia, onde ocorreu à divisão do território em pequenas propriedades na região noroeste do estado, influenciou a construção de um outro tipo de luta (58 mil propriedades agrícolas até 100 hectares) (LEAL, 2007). Essa luta está relacionada à produção de Alimentos e Energia no território camponês. Mas, também aparece fortemente no âmbito imaterial do próprio território, que é a disputa por políticas públicas que viabilizem o Plano Camponês<sup>4</sup>. Além dessa disputa pelas políticas públicas, o MPA atua na tentativa de conscientizar essas famílias do processo destrutivo para o campesinato que é a reprodução da lógica capitalista, construindo um outro modelo de produção para manter as características da pequena propriedade camponesa com objetivo focado para a Soberania Alimentar<sup>5</sup>.

Desse modo, “a produção de alimentos e culturas para produção de agrocombustíveis, de forma agroecológica, também é uma experiência em desenvolvimento pelo Movimento dos Pequenos Agricultores [...]” (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2010, p. 10). Para nomear essa experiência, o MPA criou um termo: “ALIMERGIA”. A partir desse paradigma, o movimento

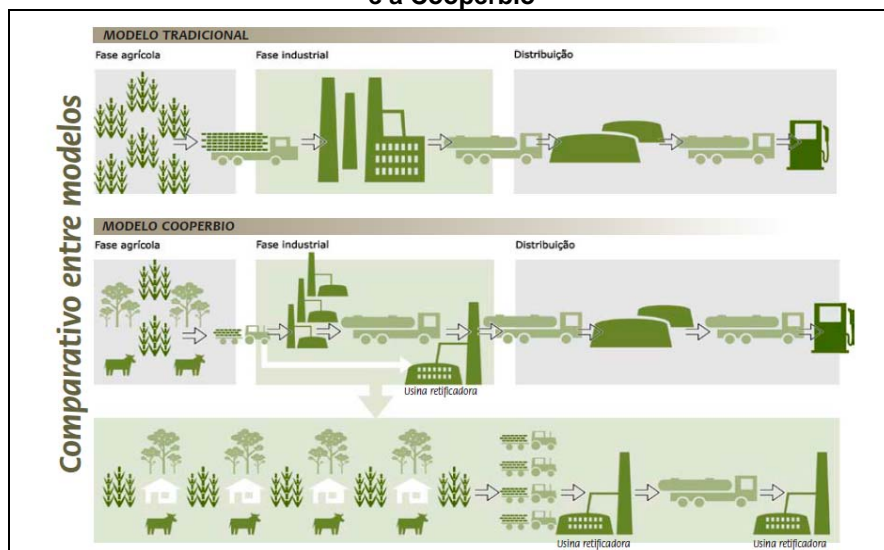
<sup>4</sup> O projeto original é o “Plano Camponês de Desenvolvimento”. Esse Projeto surgiu após um longo debate em Brasília, feito entre integrantes do MPA e estudiosos do tema que foi realizada entre 2004 e 2006. Desembocou num estudo sobre o campesinato no Brasil e um plano propositivo para o desenvolvimento territorial rural (um dos pontos principais para esse desenvolvimento era a Organização de Produção desvinculada da lógica do agronegócio).

<sup>5</sup> Esses dados são fruto: da reunião com Romário Rosseto, Marcelo e Débora, membros da Direção Nacional e Estadual do MPA, em Frederico Westphalen (RS), nos dias 23 e 26 de março de 2010; e do trabalho de campo nos dias 24 e 25 de março de 2010, nos municípios de Frederico Westphalen (RS) e Caíçara (RS), para observar a estrutura da CooperBio e essa nova experiência camponesa.

tem como principal meta: a produção de Alimentos e Energia, com Respeito ao Meio Ambiente, no interior do modo de produção camponês, entendendo o mesmo como uma célula, parte de um território, que tem relação com o todo (LEAL, 2007).

A seguir observemos a **Figura 02** que ilustra o que compreende a estrutura da Cooperbio e como se porta essa nova experiência camponesa de produção. Estrutura essa que é formada, e visualizada na **Figura 03**, por: Agrofloresta (interação floresta e culturas da alimergia), Floresta Energética (cultivo diversificado de culturas necessárias para a produção de energia que movimenta as micro destilarias), Micro-Destilarias e Produção agrícola diversificada (policultura). Formando os agroecossistemas camponeses e a lógica camponesa de produção de alimentos e energia de forma integrada. A Cooperbio é responsável apenas pela produção e a CPC (Cooperativa de Produção Camponesa) realiza a parte de mercado.

**Figura 02 – Comparação entre os modelos de Produção Tradicionais e a Cooperbio**



Fonte: MPA, 2007.



**Figura 03 – Experiências da Produção Camponesa em Frederico Westphalen/RS e Caiçara/RS**

**Fonte: Trabalho de Campo em Frederico Westphalen/RS e Caiçara/RS.**  
**Org. CUBAS, Tiago.**

As micro destilarias podem trabalhar com a produção diversificada e o manejo em forma de um ciclo que procura degradar menos possível a natureza, com alta taxa de renovabilidade. A produção pode ser voltada para a cana-de-açúcar, batata doce, mandioca e sorgo sacarino. Essas micro destilarias ainda são capazes de produzir açúcar mascavo, melado, rapadura, cachaça, ração animal, adubo orgânico e álcool. Trabalhando também com sistema de moenda móvel ou fixa.

A Cooperbio é composta por aproximadamente 800 famílias que, além disso, também compõem o MPA, que traz a discussão política e ideológica desse levante e manutenção do modo de produção camponês. Essa cooperativa, conjuntamente com o trabalho que o MPA faz nessa região do estado do RS, tem desenvolvido um modelo agroecológico de produção. Modelo esse que tem como principais contribuições: o manejo sustentável do solo, a diversificação da matriz produtiva regional, o manejo de recursos naturais e uma agroindustrialização a favor da reprodução do território/territorialidade camponesa (LEAL, 2007).

Entendemos que essa nova lógica produtiva que vem sendo implantada em Frederico Westphalen, e assim por diante no noroeste do RS, é algo válido como uma semente que pode gerar frutos importantes para uma reprodução do território camponês. Contudo, vislumbramos também a relação território-mercado que é fundamental para que esse Plano Camponês e para que o desenvolvimento de novas práticas não-capitalistas no território, sejam eficazes e efetivadas. No território, mediado pela reprodução do capital, observamos essa intervenção desde a produção até o consumo, e isso passa pelos meios de escoar a produção e, principalmente, pela lógica de mercado (OLIVEIRA, 2004). Então, propomos ao debate de que isso também seja pensado, pois as experiências de produção que são válidas, como a que o MPA tem realizado, necessitam de pesquisa e de novas soluções para que no final do processo de organização

produtiva do camponês não venha cair novamente na lógica de mercado capitalista. Portanto, tem-se a necessidade de pensarmos em mercados alternativos para a produção camponesa, consolidando a relação de territórios não-capitalistas com esse mercado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] transgênicos, produtos, orgânicos, vaca louca, Monsanto, Via Campesina, McDonald's, José Bové, gripe do frango, agronegócio, zapatistas, agroecologia, MST fazem parte de uma mesma tensão contraditória em que se debate o futuro da humanidade. (GONÇALVES, 2004, p. 243).

A disputa territorial não é somente por terra, mas por todas as dimensões do território. A educação, a cultura, a agroecologia, a produção de alimentos, a produção de energia, o controle da produção, distribuição, circulação e consumo da produção alimentar e energética. Tudo isso, envolve a disputa por modelos distintos de sociedade e campo. Produzem territórios diferentes, com paisagens diferentes. E, vão engendrar paradigmas distintos de interpretação da realidade e vice-versa. Por isso, na produção de agrocombustíveis e de alimentos existe uma disputa entre o campesinato e o agronegócio por modelos distintos, a partir de lógicas/racionalidades antagônicas.

Entender o Território Camponês, em contraposição ao Território do Agronegócio, é de suma importância para a construção de modelos diferenciados de produção alimentos e energia, além da produção da vida em sua totalidade no espaço rural. Respeitando a diversidade cultural e biológica no campo.

Uma teoria de geografia agrária crítica que interprete a realidade em sua essência e que auxilie na construção de “uma outra” realidade passa pelo debate dos paradigmas e do controle territorial pelos diferentes sujeitos/classes no campo. Bem como, requer o entendimento da lógica material e simbólica de reprodução da territorialidade do campesinato e de sua luta pela/na terra de trabalho.

## Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 1990. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. (Re) criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o *habitus* de classe. São Paulo: UNESP, 2006.

BETTO, Frei. Necrocombustíveis. Disponível em: <<http://amaivos.uol.com.br/>>. Acesso em out. 2007.

CAMACHO, Rodrigo Simão. O ensino da geografia e a questão agrária nas séries iniciais do ensino fundamental. 2008. 462 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2008.

CUBAS, Tiago. Estudo da Contribuição da Imprensa na Representação dos Camponeses e Ruralistas no Pontal do Paranapanema de 1998 a 2008. Presidente Prudente, SP, 2009. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geografia da FCT-Unesp.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: Textos. São Paulo: [s.n], 1977. (Mimeografado).

FABRINI, João. Os camponeses e suas diferentes práticas produtivas. In: Revista eletrônica da associação dos geógrafos brasileiros. Seção Três Lagoas. Três Lagoas, v. 1, ano 3, n. 4, p.28-47, nov. 2006.

FAO. Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación Viale delle Terme di Caracalla. El estado mundial de la agricultura y la alimentación: biocombustibles - perspectivas, riesgos y oportunidades. Roma: FAO, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A ocupação como forma de acesso à terra. In: \_\_\_\_\_. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 279-301.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária, pesquisa e MST. São Paulo: Cortez, 2001. (Questões da Nossa época, 92).

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista Nera, Presidente Prudente: Unesp, ano 8, n. 6, p. 14 – 34, jan./jun. 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Org.). Campe sinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/arti.php>>. Acesso em: 20 mai. 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Soberania Alimentar como Território. Presidente Prudente: [s.n], 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. Políticas de agrocombustíveis no Brasil: paradigmas e disputa territorial. [S.l.: s.n.], 2010.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Proposição teórico-metodológica de uma cartografia crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2008.

GONÇALVES, Elienai Constantino. Disputa territorial: a parceria entre os assentados e usinas de açúcar e álcool. In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária / V Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2009, Niterói. Anais do IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2009.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. In: SAQUET, Marcos Aurélio e SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

INSTITUTO SOUZA CRUZ. Programa Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR). Disponível em: <<http://www.institutosouzacruz.org.br/>>. Acesso em: 30 jan. 2010.

LEAL, Marcelo. Cooperbio. Uma Cooperativa do Movimento dos Pequenos Agricultores. In: ORTIZ, Lúcia Schild. Construindo a Soberania Energética e Alimentar. Porto Alegre: Núcleo Amigos da Terra/Brasil, 2007.

LEFEBVRE, Henri. Lógica Formal. Lógica Dialética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Por uma educação ambiental transformadora. In: \_\_\_\_\_. Trajetórias e fundamentos da educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2004.

MARCOS, Valéria de. Solidariedade que tece redes: as estratégias de reprodução e recriação camponesa nos assentamentos do alto sertão paraibano. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFOS, 14, 2006, Rio Branco. Anais. CD-ROM.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência: a questão política no campo. São Paulo, Hucitec, 1991.

MARX, Karl. O capital. Tradução da edição castelhana por Eduardo Sucupira Filho; corrigido e cotejado com a edição alemã por Célia Regina de Andrade Bruni. São Paulo: Ciências Humanas, 1977.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A agricultura camponesa no Brasil. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997. (Caminhos da Geografia).

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: Novos caminhos da geografia. CARLOS, Ana F. A. (org.). São Paulo: Contexto, 1999a. p. 63-137.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (org.). O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004. p. 27-64.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Geografia e ensino: os Parâmetros Curriculares Nacionais em discussão. In: CARLOS Ana F. A.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. de (Org.). Reformas no mundo da Educação: parâmetros curriculares e geografia. São Paulo: Contexto, 1999b. p. 43-68.

PAULINO, Eliane Tomiasi. A diversidade das lutas na luta pela terra. In: Revista eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros: seção Três Lagoas, Três Lagoas, v. 1, ano 3, p.28-47, nov. 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (org.). O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004. p. 27-64.

PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL (PNPB). Disponível em: <<http://www.biodiesel.gov.br/programa.html> 1>. Acesso em: 13 set. 2009.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006). Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente, 2008.

SANTOS, Milton. A natureza de espaço. São Paulo: EDUSP, 1996.

STEDILE, João Pedro et al. Manifesto das Américas em defesa da natureza e da diversidade biológica e cultural. Revista Caros Amigos, São Paulo: Casa Amarela, ano 10, n. 112, p.40, jul. 2006.

STEDILE, João Pedro. Soberania alimentar, o que é isso? Revista Caros Amigos, São Paulo: Casa Amarela, ano 10, n. 120, p. 42, mar. 2007.

THOMAZ JR., Antônio. Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar (Em Questão a Classe Trabalhadora e a Luta de Classes no Brasil). Revista Geocrítica (Versão resumida). Barcelona, 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/9porto/thomaz.htm>>.

VASCONCELOS, Gilberto Felisberto. Latifúndios no Brasil, o objetivo de Bush. Revista Caros Amigos, São Paulo: Casa Amarela, ano 10, n. 120, p.34, mar. 2007.

VESENTINI, José Willian. O ensino da geografia no século XXI. Caderno prudentino de geografia: geografia e ensino, Presidente Prudente: AGB, n. 17, p. 05-19, 1995.

VIA CAMPESINA. Nota oficial da via campesina: pequenos produtores esfriam o planeta. Disponível em: <[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)>. Acesso em: 14 nov. 2007.

VIDAL, J.W. Bautista. Sem competir com o petróleo. Revista Caros Amigos. São Paulo: Casa Amarela, ano 10, n. 120, p. 36, mar. 2007.